BOLETIM BRASÍLIA

DESTAQUES

- **ARCABOUÇO FISCAL, PROJETO DE LEI Nº 2630/2020 E PEC 09/2023 OCUPAM AGENDA DO LEGISLATIVO E ARREFECEM DEBATE SOBRE ARMAS E MUNIÇÕES NO CONGRESSO NACIONAL**
- **NOVO DECRETO SOBRE ARMAS E MUNIÇÕES DEVE SER APRESENTADO AO PRESIDENTE DA REPÚBLICA NA PRÓXIMA SEMANA**

CONGRESSO NACIONAL

O Congresso Nacional que, desde a publicação do DECRETO Nº 11.366, DE 1º DE JANEIRO DE 2023, debruçou-se fortemente sobre as discussões que envolviam o setor de armas e munições no país, chegando em última instância, a pautar a urgência para votação em plenário do PDL 3/2023 que sustava o decreto presidencial, reorientou suas prioridades nas últimas duas semanas. A proposta de arcabouço fiscal, o Projeto de Lei que regulamenta o ambiente digital e a Proposta de Emenda à Constituição que proíbe a aplicação de sanções a partidos políticos que não cumpriram cotas de sexo ou raça nas últimas eleições, além de anistiar as legendas com irregularidades em prestações de contas, ocuparam a agenda do Congresso Nacional, arrefecendo os debates, antes latentes, sobre a regulamentação de armas e munições.

Além disso, a participação da oposição na elaboração do novo decreto para o setor, que será apresentado na próxima semana, tem acalmado os ânimos de parte dos congressistas que fazem oposição ao texto atual.

Existe alguma convicção de que o novo decreto, mesmo sendo rígido no que tange aos processos de controle e fiscalização, possibilitará que o setor volte a funcionar com algum grau de normalidade. A divulgação da minuta na próxima semana determinará se o Congresso Nacional precisará se reorganizar para enfrentar possíveis excessos. Também será a partir da publicação do texto que a oposição definirá quais os caminhos possíveis a serem trilhados para enfrentar resultados inesperados, inclusive, por meio do judiciário ou pela retomada da discussão de um novo PDL.

O Ministério da Justiça prepara um novo decreto para regulamentar questões envolvendo a circulação de armas de fogo no país. A ideia é que a minuta do novo texto endureça as normas estabelecidas pelo Estatuto do Desarmamento. A proposta está sendo elaborada pelo grupo de trabalho (GT) criado em fevereiro, no âmbito da pasta, para analisar a reestruturação da política de controle de armas de fogo em território brasileiro.

O GT também revisa o decreto publicado em janeiro deste ano, assinado pelo presidente Lula, que suspende os registros para a aquisição e transferência de armas e de munições de uso restrito por CACs (caçadores, atiradores, colecionadores). O texto também limitou a quantidade de armas e munições de uso permitido e suspendeu as concessões de novos registros de clubes e de escolas de tiro.

Em entrevista coletiva na semana passada, o ministro da Justiça, Flávio Dino, afirmou que o texto deve ser apresentado ao presidente Lula ainda neste mês. Nesta quarta-feira, o presidente embarcou para o Japão, onde participa do G7.

— Nós vamos finalizar a minuta do novo decreto e vamos encaminhar ao presidente da República por volta do dia 15 de maio uma minuta, uma proposta. Claro que a decisão é dele [Lula]. E a diretriz que vamos seguir é aquela que temos reiterado no sentido de restringir o acesso a armas porque o recadastramento reforça essa necessidade.

Na ocasião, Dino também afirmou que a pasta quer estabelecer novas regras para clubes de tiros e para a comercialização de armas de fogo. Entre as propostas citadas por ele, mas ainda não confirmadas, está, por exemplo, a de criar tributos sobre os itens.